

Reagrupamento Revolucionário



rr4i.org

[N° 15]

rr-4i@krutt.org



Revista Fórum

O NOVO GOVERNO LULA E A ESQUERDA SOCIALISTA

Um debate com o PSOL e outros apoiadores de Lula

Marcio T., dezembro de 2022

Conforme vai se constituindo o novo governo Lula, abre-se um importante debate entre a esquerda socialista: *devemos apoiar esse governo, ou construir uma oposição classista a ele?* O PSOL, que surgiu de uma cisão do PT justamente para construir uma oposição pela esquerda ao 1º governo Lula, tem estado nos holofotes desse debate. Falaremos mais diretamente dele nesse texto, mas de forma alguma o debate se limita aos grupos inter-

nos do PSOL, pois muitos militantes socialistas não organizados compartilham de posições que trataremos aqui. Esperamos, assim, contribuir para que a militância socialista encontre um caminho adequado para enfrentar os padrões e a extrema-direita no próximo período.

PSOL se recusa a ser oposição a Lula

Após certa disputa interna, a Direção Nacional do PSOL decidiu (em 17/12) que o partido irá apoiar o governo Lula. A decisão não foi exa-

tamente o que desejava setores de peso do PSOL, como a **Primavera Socialista** (do presidente do partido, **Juliano Medeiros**) e **Revolução Solidária** (corrente de **Guilherme Boulos**), pois esse apoio não envolverá uma **integração formal ao governo**, como eles queriam. Contudo, a decisão foi uma amálgama entre o que defendia esse setor e o campo “PSOL Semente”, integrado por grupos como **Resistência**, **Insurgência**, **Subverta** e outros coletivos menores.

A diferença central nas semanas após a vitória de Lula era se o PSOL deveria apoiar o governo “de dentro”, ocupando cargos, ou “de fora”, compondo sua base parlamentar, mas sem ocupar cargos. A decisão tomada é que membros do partido estão autorizados a ocuparem cargos no governo, inclusive ministérios (como o provável caso de Sônia Guajajara, cotada para o Ministério dos Povos Originários), mas desde que não estejam, ao mesmo tempo, em cargos executivos do partido e não “falem em seu nome” enquanto estiverem no governo federal. A ideia é apoiar o governo, mas manter “independência” em relação a ele. Obviamente, a decisão é mais formal do que prática, pois tenta estabelecer uma diferença sem muito sentido político, entre ser do partido e estar no governo e “falar em nome” do partido. Essa amálgama foi possível, pois há acordo em quase todo o PSOL no que é essencial: **apoiar politicamente o governo Lula, rejeitando ser oposição**.

Vale destacar que o “grande debate” da vez lembra muito o anterior, que foi sobre apoiar Lula somente no 2º turno das eleições, ou desde o 1º. Ou seja, não é de agora que as divergências centrais que atravessam o PSOL são muito mais sobre elementos secundários de uma política de aproximação com Lula e o PT do que sobre adotar ou não esse rumo, através do qual o partido se constitui cada vez mais como uma “ala esquerda do partido da ordem”: ao invés de propor a superação do capitalismo, busca uma forma “menos pior” de geri-lo, junto a setores da burguesia. Isso pode ser visto também no fato de que apenas setores muito minoritários se opuseram à “semi-fusão” efetuada com a REDE no começo de 2022, um partido burguês financiado por proprietários de empresas como Itaú e à Natura (leia aqui o

que escrevemos à época sobre esse tema: <https://rr4i.milharal.org/2022/05/03/federacao-com-a-rede-o-ultimo-prego-no-caixao-do-PSOL/>).






Vejam os setores do PSOL justificaram esse apoio a Lula. Pouco antes da decisão da DN ser tomada, **Boulos** declarou: “Quem vai fazer oposição ao Lula é o bolsonarismo, e não estaremos ao lado deles. O momento do país é outro. Enfrentamos uma oposição raivosa. E não dá para brincar com isso. Eu defendo que o PSOL integre a base de apoio ao Lula. O governo será de frente ampla, e nós temos que disputar internamente espaços para puxar a agenda do país para a esquerda.” (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/12/boulos-rebate-samia-e-diz-que-PSOL-nao-fara-oposicao-a-lula-ao-lado-de-bolsonaristas.shtml>).

De forma muito semelhante, **Valerio Arcary**, principal porta voz da **Resistência**, afirmou o seguinte durante o debate que ocorreu antes da decisão do dia 17: “A situação ainda reacionária com a presença de uma extrema-direita poderosa, que irá ocupar todo o espaço de oposição, não permite qualquer tergiversação. Turbulências como o vandalismo neofascista nas ruas de Brasília no dia da diplomação de Lula confirmam, mais uma vez, que a tática de oposição de esquerda seria um erro imperdoável. [...] A disputa do destino do governo

Nº 15 - 1º Semestre de 2023

O novo governo Lula e a esquerda socialista	[p. 01]
O prolongado conflito na Ucrânia: guerra maquiada da OTAN contra a Rússia	[p. 08]
Ações contra o golpe no Peru	[p. 13]
Coletivo Educação Socialista	[p. 15]

Reagrupamento Revolucionário

-  rr4i.org
-  rr-4i@krutt.org
-  facebook.com/reagrupamento
-  [@rr_4i](https://twitter.com/rr_4i)
-  youtube.com/@reagrupamentorevolucionari5683

Lula será feita de baixo para cima e de fora para dentro. [...] A definição como oposição de esquerda condenaria o PSOL a uma solidão na marginalidade.” (<https://esquerdaonline.com.br/2022/12/13/tres-taticas-dividem-a-esquerda-socialista/>)

De forma complementar a esse texto de Arcary, a declaração da **Resistência** sobre a decisão tomada pela DN do PSOL afirma o seguinte: “Por todas essas razões, o PSOL estará ao lado de Lula contra o Bolsonarismo e combaterá a oposição ao seu governo. Nossa relação será baseada no compromisso com as pautas populares, não em negociação de espaços ou condicionada à composição de Ministérios. Enquanto o centrão negocia cargos, o PSOL irá privilegiar a negociação de propostas. Formulamos uma plataforma elaborada por dezenas de grupos programáticos e um brilhante levantamento da FLCMF [Fundação Lauro Campos / Marielle Franco] de quais medidas precisam ser revogadas para deixar no passado o pesadelo bolsonarista. É assim que queremos disputar politicamente a agenda do Governo.” (<https://esquerdaonline.com.br/2022/12/17/PSOL-reafirma-seu-compromisso-com-lula-para-combater-a-extrema-direita-mas-nao-tera-cargos-na-gestao-petista/>)

São poucos e pouco numerosos os grupos que defendem que o PSOL constitua uma “oposição de esquerda”: **Esquerda Marxista, Luta Socialista, Comuna, CST** (que está com um pé fora e outro dentro do partido) e alguns coletivos regionais. Para os que se reivindicam revolucionários, defendemos que rompam com o PSOL, para não serem parte de um partido que sustentará a dominação do capital para enganar e reprimir os trabalhadores, sob justificativa de assim “buscar conquistas”. (Para um debate maior sobre isso, veja: <https://rr4i.milharal.org/2022/05/03/federacao-com-a-rede-o-ultimo-prego-no-caixao-do-PSOL/>). É querer se enganar achar que ainda é possível fazer oposição ao governo Lula de dentro do PSOL, sem que seja um mero “esperneio” esporádico às ações da Direção.

Outros setores importantes, como o **MES, de Luciana Genro**, ficam em cima do muro, bem no estilo da amálgama da decisão da DN, sobre a qual a corrente declarou tratar-se de uma decisão que “preserva a natureza do PSOL” e que consistiu em

uma “vitória da ala esquerda” do partido contra as forças representadas por Medeiros e Boulos, tidas como “adesistas” ao PT. Para o **MES**, é necessário que o PSOL preserve sua “independência” em relação ao governo e se apresente enquanto “alternativa antissistema pela esquerda”, mas, ao mesmo tempo, declara que, diante do governo Lula, é necessário “apoiar as medidas progressistas e bloquear as tentativas golpistas da extrema direita” (<https://movimentorevista.com.br/2022/12/sobre-a-ultima-reuniao-do-diretorio-nacional-do-PSOL/>). Algo muito difícil de fazer na prática, em especial dado que os setores majoritários do PSOL, por sua vez, apresentam essa mesma resolução como forma de dar **apoio político** a Lula.

Assim como **Boulos / Revolução Solidária** e **Arcary / Resistência**, a maior parte do PSOL justifica o apoio político ao governo como forma de **enfrentar a extrema-direita** - o mesmo argumento usado em relação ao apoio eleitoral à chapa de Lula-Alckmin em outubro e também em relação a várias candidaturas burguesas em 2018 e 2020. Ou seja, dada a presença da extrema-direita no cenário político, assume-se que não há espaço para uma oposição pela esquerda ao governo, e conclui-se daí que o melhor a se fazer é “disputar” tal governo, ainda que “por fora”, pressionando-o a adotar medidas consideradas progressistas. Na prática, isso significa atuar como uma “ala esquerda” do governo, ainda que uma “ala externa” - ou parcialmente externa, dados os malabarismos feitos para permitir que membros do partido estejam até no 1º escalão do governo, encabeçando ministérios.

Apoiar o governo é a melhor forma de combater a extrema-direita?

Diante dessa justificativa central para o apoio a Lula, cabe questionarmos: apoiar o governo é a melhor forma de combater a extrema direita? Como já debatemos em outros materiais, não consideramos todo o bolsonarismo como um movimento fascista (<https://rr4i.milharal.org/2018/06/26/a-luta-antifascista-e-as-tarefas-dos-comunistas/>). Não obstante, temos afirmado desde 2018 que essa

caracterização é secundária para a delimitação das tarefas políticas centrais do momento, pois o bolsonarismo sendo ou não fascismo como um todo, a tarefa central dos socialistas deve ser a de erguer uma frente de lutas da classe trabalhadora (“frente única”), tanto para combater a extrema-direita nas ruas e quanto lutar por melhores condições de vida diante dos patrões e governos.

Sendo o bolsonarismo como um todo um movimento fascista, o que se altera nessa política é a hierarquia máxima que precisa ser dada ao combate direto a essa extrema-direita e a construção de políticas de autodefesa dos movimentos sociais nos locais de trabalho, estudo e moradia onde atuam. Essas medidas, contudo, se fazem necessárias de qualquer forma se o bolsonarismo como um todo não for fascismo, uma vez que **parte dele** inegavelmente o é, e que grupelhos fascistas tem crescido nas sombras deste e ganhado apoio institucional em vários aspectos (como a blindagem da PRF e do Exército a atos de terror cometidos recentemente), tornando-se cada vez mais audazes. A diferença fica na ênfase, pois acreditamos que não estamos lidando, no momento, com um movimento fascista de massas atacando sistematicamente os sindicatos e demais movimentos sociais, e sim com setores fascistas ainda minoritários no interior de uma extrema-direita pautada pela demagogia reacionária e militarista. De qualquer forma, esmagar esses embriões de um movimento fascista é fundamental.

A questão central é que, para revolucionários, de forma alguma o combate ao fascismo passa pela política de “frente ampla” com a burguesia. Isso foi tentado nos anos 1930 pelos Partidos Comunistas subordinados à burocracia soviética stalinista, na forma das “Frentes Populares”, e não conseguiu impedir o fascismo de chegar ao poder em lugares como Espanha e França - pelo contrário, em casos como o espanhol, ajudou nessa chegada ao poder, ao sabotar de forma sangrenta a revolução proletária e camponesa que estava em curso e que poderia ter esmagado o franquismo, para manter a aliança com os “aliados” liberais. Conforme defendeu à época a nascente Quarta Internacional “trotskista”, apenas a Frente Única Antifascista, organização de frente única para a luta construída a partir dos sindicatos e



Esquerda Online

movimentos sociais, é que poderia derrotar o fascismo, aniquilando-o através da mobilização da classe trabalhadora em unidade de ação de suas diversas organizações políticas.

Por sua vez, a burguesia, mesmo os setores que alguns acreditavam ser “progressistas”, ou foram coniventes com o ascenso fascista, ou o ajudaram ativamente por temerem muito mais o proletariado. Basta lembrarmos que o conjunto da burguesia brasileira cerrou fileiras com o reacionário Bolsonaro ao longo desses quatro anos, mesmo no auge do desgoverno durante a pandemia (e ainda que fazendo críticas aqui e ali), pois ele e Paulo Guedes seguiram defendendo a política de “austeridade” demanda pelo grande capital - retirada de direitos da classe trabalhadora, arrocho salarial e redução dos gastos públicos com medidas sociais. Portanto, não é com apoio ao governo que vamos derrotar a extrema-direita, em especial seus elementos mais perigosos, os fascistas, pois o governo de “frente ampla” de Lula será totalmente leniente com tais forças e irá “confiar nas instituições” que em geral as protegem..

Obviamente, ameaças golpistas e terroristas da extrema-direita contra o governo Lula devem ser combatidas, pois, se vitoriosas, elas inevitavelmente terão consequências negativas para a classe trabalhadora, como cerceamento do direito de expressão, de organização e de voto, além de uma intensificação da exploração. Esse combate, contudo, não se faz com apoio político ao governo. Se faz com os próprios métodos de luta da classe trabalhadora: greves e mobilizações de massas. Uma coisa é a necessária unidade de ação com apoiadores e mesmo membros do governo para concretizar essas ações

para repelir e esmagar a extrema-direita, quando for o caso. Outra muito diferente (e nada eficaz) é apoiar politicamente o governo ou tentar “disputá-lo”, “empurrá-lo” para esquerda etc.

As expectativas dos trabalhadores com Lula não vão se realizar: deixaremos a extrema-direita instrumentalizar a inevitável decepção?

Na verdade, na essência da posição de não fazer oposição ao governo Lula e, ao invés, “disputá-lo” (seja “por fora” ou “por dentro”) reside uma posição mais profunda do que uma leitura sobre o caráter do bolsonarismo e as tarefas daí derivadas. Essa posição está assentada sobre o reformismo, que nega a análise marxista do Estado enquanto um instrumento de dominação de classes. Junto ao reformismo, vem sempre sua irmã gêmea, que é a negação de que a revolução socialista é não só uma necessidade como também uma possibilidade concreta no momento histórico em que vivemos. Momento esse que, tal qual o início da era imperialista do capitalismo, segue sendo marcado, em seus traços fundamentais, pelas constantes crises econômicas, instabilidades políticas dos regimes burgueses, guerras internacionais e situações potencialmente revolucionárias (em que as massas perdem a confiança nas instituições burguesas e se mobilizam fortemente por mudanças profundas). Assim, negando que a revolução seja uma tarefa para nosso tempo de vida, relegando-a a um futuro distante e incerto, resta lutar por uma vida “menos pior” sob o capitalismo, e busca-se fazer isso iludindo-se sobre a possibilidade de “disputar” governos do Estado burguês. Essa posição, inclusive, já foi tentada por anos por setores da esquerda brasileira após a redemocratização, sob o nome de “estratégia democrática e popular”: elege-se um governo “progressista” e busca-se empurrá-lo mais à esquerda através da ação dos movimentos sociais e parlamentares de esquerda. Setores que acabaram por fundar o PSOL passaram anos dentro do PT defendendo isso, sem resultados. Outros permaneceram no PT defendendo essa lógica durante os governos anteriores, também sem resultados duradouros. Não será diferente agora.

Acontece que não é possível um capitalismo “menos pior” para quem vive de seu próprio trabalho, a não ser de forma temporária, como fruto de mobilizações tão grandes que fazem a burguesia preferir ceder parte de seus lucros para acalmar o proletariado a perder sua propriedade. Mobilizações essas que envolvem fortes greves gerais e rebeliões populares, não a vaga “pressão” sobre um dado governo. E, mesmo que se conquiste essas concessões, elas têm data de validade: tão logo as mobilizações esfriem e a burguesia consiga reconstruir sua hegemonia (ou seja, sua estabilidade política, no sentido de confiança no regime), começa o desmonte das concessões, para reverter novamente os investimentos para os bolsos dos patrões.

Foi exatamente isso o que vimos na história recente de nosso país, com as fortes greves dos anos 1980 tendo conquistando o sufrágio realmente amplo para o voto, o SUS enquanto sistema universal de saúde pública, a universalização do ensino básico de forma pública, direitos trabalhistas, aumentos salariais, diversos programas sociais etc., e, em anos mais recentes, o desmonte disso tudo como forma de a burguesia retomar os patamares de lucro afetados pela crise econômica mundial de 2008. Em escala mais profunda, foi também o que ocorreu na Europa ocidental, onde o medo da revolução socialista e da expansão soviética nos anos após a Segunda Guerra Mundial levou a burguesia a fazer concessões ainda mais significativas, mas que passaram a ser desmontadas a partir dos anos 1970-80 sob a defesa do neoliberalismo, o que se acelerou e aprofundou bastante após a contrarrevolução capitalista na URSS e seus países satélites no final do século e as crises econômicas que se seguiram.

Apoiar o governo, na verdade, irá pavimentar um caminho muito perigoso, que é o de deixar para a extrema-direita, incluindo os fascistas, a captação da decepção que inevitavelmente ocorrerá entre os trabalhadores com o não cumprimento das promessas de uma vida significativamente melhor que Lula (e seus apoiadores) fizeram durante a campanha eleitoral. Temos que ter clareza da estrutura social do nosso país e também da conjuntura econômica mundial.

A burguesia a nível mundial ainda não conse-

guiu reverter os efeitos da crise econômica de 2008. No mundo inteiro, as taxas de lucro seguem abaixo do que os grandes capitalistas necessitam para manterem seus negócios. A principal forma com que eles têm atuado para reverter essa situação é reduzir os gastos com salários e outros custos com os trabalhadores que empregam, bem como se apropriar de uma fatia maior do fundo público (o conjunto de impostos recolhidos pelos Estados). Em outras palavras, “austeridade”, que tem sido o grito de guerra dos capitalistas nos últimos anos em tudo que é canto do planeta. De forma secundária, as guerras também têm servido para aqueles Estados com mais recursos à sua disposição auxiliarem suas burguesias, redesenhando a divisão do mercado mundial (daí o envolvimento de potências imperialistas em países como Iraque, Líbia, Iêmen e Síria, por exemplo, além das crescentes tensões contra Rússia e a China).

Ademais, quando falamos da burguesia brasileira, temos que ter clareza que se trata de uma classe proprietária espremida entre, de um lado, um numeroso proletariado de um país extremamente desigual, com significativos índices de pobreza e miséria, e, de outro lado, as burguesias das potências imperialistas, que cobram seu quinhão nos investimentos feitos em conjunto com a brasileira e que também disputam com ela os recursos do nosso país (matérias-primas, força de trabalho, mercado consumidor).

Ou seja, não há espaço, tanto do ponto de vista da estrutura social de um país da periferia do sistema capitalista, quanto do ponto de vista da atual conjuntura econômica mundial, para que haja melhorias significativas das condições de vida da classe trabalhadora brasileira sem uma ruptura com o capitalismo. Não há espaço nem sequer para as políticas de redistribuição de renda e inclusão social praticadas nos governos anteriores do PT, as quais já eram bastante insuficientes diante da profunda desigualdade social de nosso país e, mesmo assim, começaram a ser desmontadas ainda durante o 2º governo Dilma, que se curvou aos clamores da burguesia por “austeridade” (e mesmo assim foi apeada do poder por não implementar essa austeridade no ritmo e profundidade desejada pelos

patrões).

Muitos votaram em Lula simplesmente porque ele não era Bolsonaro. Mas a maioria tem algum grau de ilusão de que Lula será capaz de trazer melhorias às condições de vida da população. Ilusão essa que é reforçada por aqueles socialistas que abrem mão de uma perspectiva revolucionária e optam por “disputar” a máquina de dominação da burguesia que é o Estado. Quando essas ilusões forem quebradas, a quem essa massa de trabalhadores vai recorrer? Obviamente, os que ajudaram a disseminar tais ilusões serão rejeitados junto com o governo. Portanto, para os socialistas, apoiar o governo Lula é cavar a própria cova. Pior ainda, é desarmar a classe trabalhadora para enfrentar os desafios que virão e jogar água no moinho da extrema-direita, que, através de muita demagogia, tentará instrumentalizar essa inevitável decepção de setores do proletariado. Foi o que vimos em certa medida em 2018, quando muitos apoiaram Bolsonaro por se iludirem que ele era “contra tudo que está aí”, sem que houvesse uma alternativa anticapitalista significativa para disputar com esse demagogo reacionário.

O caminho para a oposição de esquerda ao novo governo

Por isso tudo, não podemos dar nenhum apoio político ao governo Lula. Esse será um governo a serviço do grande capital, por mais que se paute por uma orientação de redução das desigualdades sociais (ou seja, um governo liberal-social) e realize algumas reformas. Como tal, ele irá decepcionar seus apoiadores entre a classe trabalhadora e, pior ainda, irá desferir muitos ataques contra tal classe para salvaguardar os lucros de seus senhores. A tarefa dos socialistas diante desse governo é construir instrumentos de unidade de ação (“frente única”) para lutar por melhores condições de vida contra os patrões e os governantes a seu serviço (sejam os de direita ou os que se dizem falsamente de esquerda), bem como para enfrentar a extrema-direita e se proteger dela. Ser socialista é defender a superação dessa sociedade de miséria e sofrimento que é o capitalismo. Não se pode fazer isso apoiando um

governo burguês. Fazendo isso, só adiamos a vitória da necessária revolução socialista e prolongamos o nosso próprio sofrimento.

O único caminho possível é atuarmos para convencer o povo da necessidade e da viabilidade da revolução socialista, enquanto construímos instrumentos frentes de luta, independentes de governos e patrões, em torno de demandas cuja necessidade é sentida por todo trabalhador, tais como: **auxílio emergencial de um salário mínimo a todos que precisam, financiado pelo confisco dos grandes lucros; reajuste emergencial dos salários conforme a inflação; redução da jornada de trabalho sem redução de salário para garantir emprego a todos;**

estatização das grandes empresas e dos grandes bancos, sob controle dos trabalhadores; reestatização da Petrobrás e fim da política internacional de preços dos combustíveis; controle social sobre a produção e exportação de alimentos para combater a fome. É na luta por esse tipo de demandas que nossa classe perceberá, na prática, a necessidade do socialismo e ganharemos as experiências necessárias para conquistar o poder. Não há alternativa: ou socialismo ou barbárie capitalista!




**SOBRE O 8 DE JANEIRO:
VARRER OS FASCISTAS E
MILITARES GOLPISTAS**

PANFLETO DE REAGRUPAMENTO REVOLUCIONÁRIO

ACESSE O SITE: RR4I.ORG

Escaneie o QR code ou acesse rr4i.org para ler nossa análise sobre os eventos de 8 de janeiro e como combater a ameaça da extrema direita, sem nenhuma confiança no governo Lula-Alckmin e no STF:



O PROLONGADO CONFLITO NA UCRÂNIA: GUERRA MAQUIADA DA OTAN

Pela derrota da OTAN e pela vitória militar russa! Nenhum apoio político a Putin!



Ícaro Kaleb, dezembro de 2022

Passados 10 meses do conflito na Ucrânia, uma atualização e ajuste na posição do Reagrupamento Revolucionário já se fazem, há tempos, necessários. Como pode ser conferido no texto de fevereiro passado (<https://rr4i.milharal.org/2022/02/25/a-guerra-da-russia-contra-a-ucrania-e-o-cerco-imperialista-da-otan/>), analisamos a guerra como resultado de uma provocação da OTAN, com seu constante avanço para o Leste nas últimas décadas, ganhando países-membros e aumentando o número de bases num verdadeiro cerco a Rússia e China. Denunciamos a potência imperialista dos EUA e a aliança militar sob sua chefia como os principais culpados pelo conflito. Estabelecemos nossa

caracterização de que a Rússia, apesar de seu poderio bélico herdado da URSS, é, no contexto internacional, um país dependente da cadeia imperialista, que deve ser defendido contra retaliações, e, as sanções contra ela, combatidas. Não deixamos de denunciar que o caráter anticomunista e reacionário não pertencia apenas ao governo Putin, que tem simpatias na “ultradireita” e elementos claramente hostis ao proletariado, mas também ao fantoche pró-imperialista e “amigo dos fascistas” Volodymyr Zelensky, retratado como “herói” e “democrático” pela mídia ocidental. Também apontávamos que a Rússia, “malgrado seus apetites expansionistas, tem em larga medida uma motivação defensiva no atual conflito”.

Em termos mais gerais da guerra, a posição

declarada foi marcada por certa ambiguidade, mantendo-se a defesa estratégica de ação e independência dos trabalhadores pela resolução do conflito e expulsão da OTAN. O motivo principal disso foi que consideramos a possibilidade de uma rápida vitória russa e tomada parcial ou total do território ucraniano, e não apenas de territórios separatistas. Por esse motivo, falamos “contra uma ocupação russa da Ucrânia”, como potencial catalisador de preconceitos nacionalistas reacionários. Não fomos neutros nem igualamos os dois lados em disputa. Em março, havia um mês do início da guerra, dissemos que “uma vitória do governo e do exército ucraniano, que está recebendo pesado apoio imperialista... será o cenário mais reacionário”, pois “significará uma vitória da OTAN”. Apesar disso, não tomamos um claro lado em defesa da Rússia na guerra. Também o apoio da OTAN estava apenas no início; desde então ele se multiplicou fora de controle.

Neste texto, pretendemos atualizar nossa análise diante dos acontecimentos decisivos dos últimos oito meses, assim como consolidar a posição de **defesa da vitória russa na guerra**, sem com isso endossar nenhum dos crimes reacionários do governo Putin, seja internamente, seja por parte das tropas em ação na Ucrânia. Argumentamos que o conflito é hoje, indiscutivelmente, **um enfrentamento entre as forças da OTAN e as da Rússia, e que os marxistas revolucionários não devem ser neutros**, ainda que isso não se dê no interior da Rússia, e sim em um país vizinho. A vitória da Rússia, embora não resolva a questão da presença imperialista no Leste Europeu, representaria um golpe importante contra a sanha dos EUA e dos seus aliados em fechar o cerco contra a Rússia e outras nações oprimidas. Mas é apenas o proletariado internacional, guiado por um partido revolucionário, na Rússia, na Ucrânia e nas potências interventoras, que pode decisivamente resolver a questão das guerras causadas pela competição capitalista e a sombra de destruição que esse sistema carrega consigo.

O suporte militar da OTAN, a estratégia imperialista e o povo ucraniano

Até o início do conflito, o orçamento militar



Atual estado do conflito. Em vermelho estão as partes conquistadas pela Rússia. As setas azuis indicam as partes defendidas ou recuperadas pelo Estado ucraniano com apoio da OTAN.

ucraniano em anos anteriores era da ordem de 5,9 bilhões de dólares. [1] Desde 24 de fevereiro de 2022, um total de 28 países da OTAN e aliados forneceram ajuda militar para a Ucrânia, sem contar ajuda financeira. [2] Em outubro, apenas o valor do suporte militar direto já era estimado em torno de 36 bilhões de dólares, ou seja, praticamente seis vezes o orçamento militar ucraniano, com mais 50 bilhões em apoio financeiro, a ser usado também para a continuação do esforço de guerra, de forma que tais valores estão subestimados. Esse suporte veio, em sua maior parte, dos Estados Unidos, da União Europeia e do Reino Unido. Outros contribuintes menores, mas não desprezíveis, foram Alemanha, Canadá e Polônia. [3] Apenas nos últimos dias, o Primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, que fez uma “visita surpresa” a Zelensky, anunciou mais 300 milhões de apoio bélico [4]; e os EUA acabam de informar nova transferência de tecnologia de lançamento de mísseis de defesa aérea (HIMARS), num valor estimado de 1.8 bilhões, enquanto Zelensky aparecia para uma visita a Joe Biden nos EUA [5].

Dentre os tipos de armas fornecidas diretamente, estão munições, armas convencionais, baterias antiaéreas e antitanque, veículos blindados, helicópteros, drones de ataque e de reconhecimento. [6] Além disso, civis ucranianos têm sido treinados de forma aberta em campos de combate pelo Exército britânico [7]. Em novembro, o Pentágono confirmou que havia tropas efetivas dos Estados Unidos em território ucraniano, dando suporte na guerra contra a Rússia [8]. Isso envolve não apenas

“inspeções de segurança”, como o representante do Pentágono informou, mas uma série de ações clandestinas. Diante desse cenário, é impossível considerar a guerra em andamento um conflito meramente entre a Ucrânia e a Rússia. O cenário global sempre foi primordial para um efetivo entendimento, ao menos para todos aqueles que não acreditam que a motivação primária da guerra é a “loucura” ou a “ambição de poder” do chefe do Kremlin.

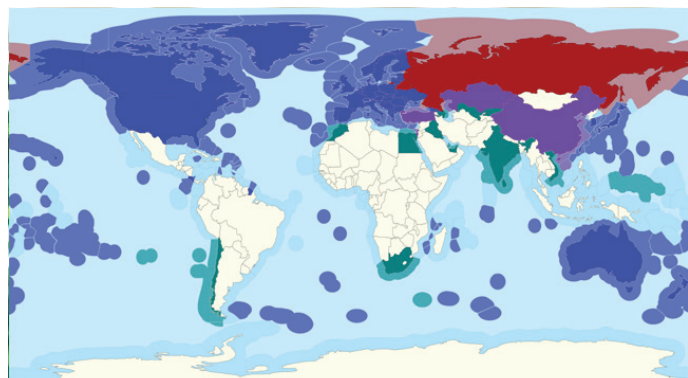
O “lado ucraniano” na guerra é, portanto, concreta e materialmente, o lado da OTAN, dos países chefes do bloco imperialista dominante no cenário capitalista global, que tentam impor seus interesses econômicos e geopolíticos nos quatro cantos do planeta, usando de guerras a golpes, sanções e cercos para isso. O exército ucraniano, que sequer estaria ainda de pé não fosse tal suporte, pode mais bem ser caracterizado, no atual momento, como uma “tropa auxiliar” do esforço imperialista de cercar e submeter a Rússia e reforçar sua presença no Leste da Europa. Pode-se argumentar, é claro, que não está colocado em campo todo o arsenal bélico dos EUA, da União Europeia e da OTAN. Isso ocorre porque esse bloco imperialista não tem interesse em um confronto direto com a Rússia nesse momento, que teria consequências imprevisíveis. Mas as táticas utilizadas fazem parte inteiramente do manual de “guerras indiretas” encampadas em muitas ocasiões recentes, como na Líbia [9] e na Síria [10], ao contrário da ocupação direta, feita no caso do Afeganistão e do Iraque. A estratégia imperialista têm sido a do desgaste, buscando isolar a Rússia e provocar a queda do regime de Putin, na qual gostariam de impor um de tipo mais subserviente aos seus desígnios. A continuidade da guerra, o crescente número de perdas no exército russo, o cerco econômico, devido aos boicotes e sanções, tudo isso faz parte do arco de ação imperialista.

Para realizar tal objetivo, o maior sacrifício é o próprio povo ucraniano. Ao contrário do raciocínio nacionalista reacionário de Putin, o povo ucraniano existe e não foi uma “invenção de Lenin e dos bolcheviques”. [11] Mas tal povo tem sido usado como bucha de canhão, com dezenas de milhares de civis mortos e feridos, uma oferenda em carne humana feita por Volodymyr Zelensky ao deus OTAN, para o

bem de seus interesses no cerco à Rússia. Por isso, reforçamos a necessidade de que os civis integrados ao exército ucraniano, que são trabalhadores, organizem-se e apontem suas armas contra seus generais, ajam pela derrubada de Zelensky e realizem um cessar fogo e paz, com base na exclusão da OTAN do território da Ucrânia para sempre, sem anexações ou ocupação por parte da Rússia em territórios ucranianos. Sabemos da dificuldade de fazê-lo em um país onde os partidos de esquerda, mesmo os mais moderados, estão proscritos, enquanto grupos fascistas tem liberdade de ação. [12] Esse é o mais rápido caminho para a paz e o fim da guerra que não envolve um fortalecimento da OTAN, o que seria causa para novas guerras em questão de poucos anos. As ações de sabotagem dos trabalhadores de outros países ao esforço de guerra imperialista são exemplares nesse sentido, como a feita pelos trabalhadores ferroviários gregos em abril de 2022. [13]

Os vaivéns no front, o impacto das sanções e a posição dos trabalhadores na Rússia

A investida russa, com apoio de Belarus, ocorreu em quatro frentes, com graus distintos de mobilização e chances de vitória. Uma frente norte, em direção à capital Kyiv; uma frente nordeste, com alvo em Kharkiv; a frente sul, com tropas partindo da Crimeia, controlada pela Rússia desde 2014; e a frente sudeste, em direção às repúblicas separatistas de Lugansk e Donetsk. A frente norte, que tinha a intenção de tomar a capital, não progrediu, e houve um recuo russo já em abril. Entre abril e maio, a



Azul: países que estão impondo sanções à Rússia.
Roxo: países que estão dando passagem contra as sanções.

Rússia realizou seus maiores avanços, sendo capaz de criar um “corredor” ao longo da fronteira russo-ucraniana, que unificava a frente nordeste, sudeste e sul, dominando virtualmente todo o território das províncias de Lugansk e Donetsk. A Rússia iniciou um processo de anexação desses territórios, alguns dos quais nem mesmo fazem parte daqueles que reivindicavam adesão à Federação, e iniciou o recrutamento de 300 mil reservistas para enviar a essas áreas. Em setembro, uma contraofensiva da Ucrânia/OTAN retomou a parte da província de Kharkiv que a Rússia havia tomado, no nordeste. Entre outubro e novembro, fizeram a Rússia recuar para a margem leste do Rio Dnipro, no front Sul. [14] Os discursos mais recentes de Putin revelam sinais de crise interna, com palavreado sobre “traidores e sabotadores”, e reconhecimento de dificuldades no front. [15]

As sanções contra a Rússia e Belarus, apesar de terem um impacto sentido no comércio externo dos países, seu sistema bancário e especialmente sobre os mais pobres, devido à inflação nos alimentos, ficaram muito aquém do que os imperialistas pretendiam. Dentre as sanções, estão restrições a transações bancárias de cidadãos e empresas russas no exterior e proibição da participação de empresas russas e bielorrussas nos mercados da UE. A compra de tecnologia de comunicação marítima e de rádio da Rússia, além de seu acesso a criptoativos, foi limitada. Da mesma forma, os Estados Unidos proibiram a importação de petróleo russo e congelaram ativos do banco central russo. Em um movimento sem precedentes, empresas individuais também responderam à invasão realizando sanções de iniciativa própria contra a Rússia [16].

As estimativas são de que, em 2022, o PIB russo apresente uma queda de -8,5%. Apesar disso, a popularidade de Putin não deu indicações de grandes quedas até o momento, ainda que haja inquietação crescente no país diante do prolongamento do conflito. A Federação Russa ainda conta com reservas monetárias e de víveres suficientes para manter-se diante das sanções até agora aplicadas. China, Cazaquistão e Turquia têm mantido relações comerciais normais e servido de canais para realizar comércio entre a Rússia e o resto do mundo,

de forma que apenas as exportações diretas foram impactadas, assim como os voos entrando ou saindo do país. As importações de petróleo e gás russas sofreram sanções completas apenas dos EUA, mas empresas europeias desse ramo seguem atuando na Rússia, ainda que tenha havido reduções, enquanto aumentaram as exportações para China e Índia. A China hoje, pela primeira vez na história, compra mais petróleo da Rússia do que do Oriente Médio. [17] O mapa dos países que impuseram sanções à Rússia mostra claramente a tríade dominante da cadeia imperialista (EUA, União Europeia e Japão) e suas áreas de influência mais direta.

Reafirmamos nossa oposição a todas as sanções imperialistas aplicadas à Rússia. Os trabalhadores nos países que as aplicam devem realizar manifestações, paralisações e ações diretas para derubá-las o quanto antes. Isso é uma parte do que o proletariado internacional pode fazer em oposição à expansão carniceira dos tambores de guerra da OTAN e dos EUA, que também têm seus olhos voltados para a Venezuela, o Irã, e os Estados proletários burocratizados de Cuba, China e Coreia do Norte, dentre outros territórios que se opõem, mesmo que parcialmente, aos ditames imperialistas. Isso não deve significar nenhum apoio político aos governantes burgueses ou burocráticos dessas nações, alguns dos quais sequer possuem verniz supostamente “progressista”, como é caso do próprio Putin.

Os trabalhadores da Rússia estão em uma situação histórica excepcional: a guerra defensiva travada pela Federação Russa ocorre fora de suas fronteiras. Isso dá ao movimento dos trabalhadores, apesar das dificuldades provocadas pelas sanções, uma margem muito maior para se organizarem, sem que sua tarefa imediata seja derrotar uma invasão estrangeira. As mortes de soldados russos já atingiram a marca de quase 80 mil, segundo algumas estimativas não oficiais. Conquanto o movimento dos trabalhadores não deva adotar ações que afetem o esforço de guerra russo no atual momento, deve construir incansavelmente uma oposição ao governo Putin, dentro e fora do exército, que em nada deve ser submetida politicamente ao seu nacionalismo reacionário (que muito se assemelha ao discurso czarista). Devem ativamente denunciar e

combater os erros táticos, o preconceito chauvinista grão-russo e os crimes contra o povo trabalhador, assim como impedir que o impacto das sanções pese sobre os mais pobres, forçando o empresariado a arcar com os custos. Ao mesmo tempo, os partidos da classe trabalhadora e sindicatos combativos devem se delimitar e não ter a menor unidade de ação, nesse momento, com os setores liberais pró-ocidente, que desejam enfraquecer o regime de Putin para os seus próprios interesses imperialistas. A posição da classe trabalhadora nada tem a ver com a posição liberal-pacifista que é a quinta roda do carro da OTAN.

Nossa perspectiva deve ser a do proletariado internacional

A Rússia é hoje chave para se situar na luta de classes a nível global. Alguns na esquerda, que já perderam qualquer perspectiva anti-imperialista, apoiam a “resistência ucraniana”, como se um exército guiado e armado pela OTAN pudesse representar algum princípio “libertador”, como é o caso do que defende o PSTU [18]. Uma vitória da Ucrânia nessa guerra a tornará mais um peão a serviço dos EUA e dos seus aliados, completamente dependente. E mais: não haverá “plano Marshall” para reconstruir o país. Outros, apesar de se situarem no campo correto da guerra, abandonam a perspectiva proletária, seja abertamente ou de forma mascarada, quando elogiam Putin ou blindam seu governo de críticas. Apoiam a Rússia não por entenderem que o proletariado deve ser anti-imperialista, mas porque trocaram o marxismo por uma “geopolítica do antiamericanismo”, onde apoiam todos os governos opositores. Embora acertem no nível mais superficial e imediato do conflito, abandonaram a perspectiva estratégica, que exige o reconhecimento de interesses de classe irreconciliáveis, em última instância, entre todos os governos burgueses e a classe trabalhadora. Para isso, não se pode mascarar o caráter reacionário do regime de Putin, que é um inimigo declarado do comunismo.

Por fim, uma grande gama de organizações que se reivindicam revolucionárias coloca-se abs-

tratamento “contra a Guerra”, sem definir bem como [19], geralmente igualando a Rússia como “potência imperialista”, como é o caso do PCR/UP [20]. Em nossos outros escritos, definimos as quatro formas pelas quais a guerra pode chegar ao fim: vitória da Ucrânia/OTAN, estagnação (que só pode ser uma trégua temporária), vitória da Rússia (que significa desistência da adesão da Ucrânia à OTAN) e revolução proletária. Nós defendemos a vitória militar russa nesse momento como forma concreta de evitar um “mal maior”, que é a vitória da OTAN. Porém, nossa perspectiva é a da revolução proletária na Europa e na Rússia, a única que pode acabar de fato com as ameaças de guerra e começar a demolir a aliança militar das potências imperialistas.

O método do marxismo leva em conta o desenvolvimento econômico desigual, as relações de dominação e dependência entre os Estados, mas também a luta de classes, na qual todos esses fatores se constroem na prática. A análise do marxismo não é apenas “soberanista”, ao nível dos Estados, que esquece o caráter de classe dos governos dos países dependentes; nem tampouco vê os conflitos de classe apenas no contexto interno, como fator isolado, o que perde de vista a teia imperialista e a existência de países oprimidos e outros opressores. Em todos os casos, é o interesse internacional do proletariado que deve ser levado em conta, com suas especificidades históricas que ganham forma no interior de cada Estado. Essa a única perspectiva para evitar erros de ambos os lados e prover um guia para a vitória da revolução socialista.

[NOTAS / LINKS: Disponíveis em rr4i.org]



AÇÕES CONTRA O GOLPE NO PERU

Abaixo a repressão! Por uma saída dos trabalhadores!



O Reagrupamento Revolucionário participou, desde o fim de janeiro, do esforço coletivo iniciado pela Esquerda Marxista (corrente interna do PSOL) e um conjunto de outros grupos para a construção de um ato de solidariedade às manifestações ocorrendo atualmente no Peru. Participamos de tal construção em torno de uma posição de unidade no interesse internacionalista dos trabalhadores: a denúncia e derrota do golpe orquestrado por Dina Boluarte e pelo Congresso peruano, e da repressão que têm realizado contra os trabalhadores em luta. Importante ressaltar, porém, que não concordamos com visões de alguns grupos que, em suas falas e textos, buscaram blindar o ex-presidente golpeado, Pedro Castillo, de críticas quanto à suas intenções e condução do governo enquanto estava no poder, que divergem significativamente dos interesses da classe trabalhadora peruana, nossos irmãos.

No dia 1º de fevereiro ocorreu a manifestação unificada em frente ao Consulado do Peru no Rio de Janeiro e foi entregue uma carta ao cônsul (leia em nosso site). Na ocasião, distribuimos o seguinte panfleto aos presentes e aos transeuntes:

PANFLETO DISTRIBUÍDO PELO RR

Já são quase dois meses de manifestações diárias, com dezenas de mortos e centenas de feridos e presos no Peru. Tudo começou quando o presidente Pedro Castillo, eleito em 2021,

tentou dissolver o Congresso. Foi o resultado de um ano e meio de crise permanente: Castillo é um ex-sindicalista que foi eleito com um programa de esquerda radical. Mas em minoria no congresso e, sob pressão da mídia, abandonou as promessas de campanha e continuou as medidas neoliberais dos governos anteriores. Por causa disso, ele foi expulso do próprio partido, Peru Libre. A tentativa de dissolver o Congresso foi feita com o objetivo de tomar o controle do governo. O Congresso imediatamente tirou o mandato de Castillo e ele foi preso por tentativa de golpe.

O Peru convive com uma desigualdade social aviltante, foi o país com a maior média de mortes durante a pandemia de Covid-19. A população, em especial os camponeses e indígenas do sul do país, convive com a fome e a pobreza crescente, os mineiros arriscam suas vidas enquanto o país é solapado por políticos representantes de uma burguesia que em nada se identifica com o povo peruano.

Os setores mais pobres da população, os trabalhadores e os indígenas, começaram grandes mobilizações, que colocaram o novo governo, da vice de Castillo, Dina Boluarte, contra a parede. Esses protestos exigem a liberdade de Castillo, a renúncia de Boluarte, convocação

de uma Assembleia Constituinte (a constituição atual do Peru foi feita pelo ditador Fujimori) e de novas eleições.

As reivindicações do povo peruano são legítimas, como dá pra ver, mas não resolvem o que deu início à crise, e também não se delimitam da figura de Castillo, um presidente que já mostrou que não irá cumprir as reivindicações populares. Defendemos que seja posto em liberdade, mas exigir seu retorno ao poder seria desperdiçar a força do levante popular, que deve demarcar uma posição dos próprios trabalhadores e pode ir bem mais longe. Por isso, é necessária uma política dos trabalhadores contra a direita e Boluarte, mas que não se deixe instrumentalizar por Castillo. O justo movimento contra o governo de Dina Boluarte deve triunfar, e é possível dar outro rumo ao país!

É bom não esquecer que frente à crise instalada no país, os governos ‘progressistas’ latino-americanos, incluindo o governo Lula, seguiram o imperialismo estadunidense e logo reconheceram a presidenta empossada como representante ‘legítima’, o que faltou ser combinado com o povo peruano. Não bastasse felicitar Boluarte, o governo Lula colaborou com o sofrimento do povo peruano permitindo o envio de quase 30 mil bombas de efeito moral pela empresa Condor Química, sediada em Nova



Iguaçu, no Rio de Janeiro.

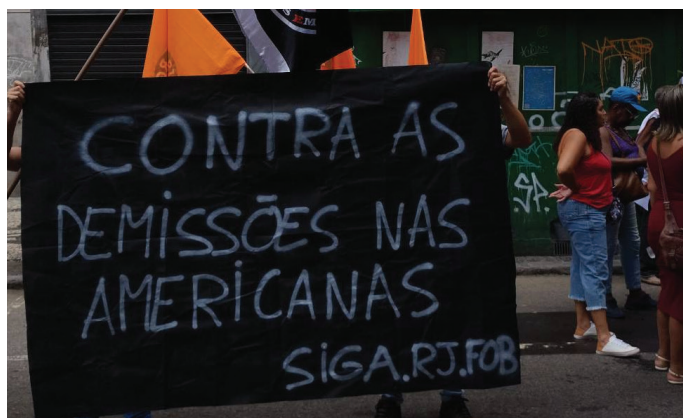
- Basta de mortes e abaixo a repressão policial! Liberdade aos manifestantes presos!
- Fora o Congresso golpista e Dina Boluarte, mas nenhuma confiança em Castillo!
- Assembleia constituinte para remover o entulho da antiga ditadura de Fujimori!
- Por uma posição independente de esquerda e dos trabalhadores nos movimentos populares!



O ESCÂNDALO DAS “AMERICANAS”

Os trabalhadores não devem pagar pela crise gerada pelos patrões!

Escaneie o QR code ou acesse rr4i.org para ler nossa análise sobre o possível fechamento das “Americanas”.



COLETIVO EDUCAÇÃO SOCIALISTA

Materiais sobre o governo Lula e a educação

O Coletivo Educação Socialista é uma iniciativa impulsionada pelo Reagrupamento Revolucionário para atuar nas lutas da educação. Se você é uma trabalhadora ou trabalhador da educação e tem acordo com esses materiais e com a **Carta de Princípios** do Coletivo, entre em contato para atuarmos juntos!

A EQUIPE DE TRANSIÇÃO NA EDUCAÇÃO E O FUTURO GOVERNO LULA:

Nenhum milímetro de ilusão, nenhum segundo de trégua!

Panfleto virtual, novembro de 2022.

Milhões de trabalhadores/as votaram em Lula principalmente por uma razão: tirar Bolsonaro do poder. O setor da educação pública foi um dos que se destacou nesse “voto contra Bolsonaro”. Mas muitos entre nós, além do repúdio a Bolsonaro, tem também esperanças de que com o PT no governo teremos uma vida melhor. Não há muita razão para esse esperança, considerando as alianças que tornaram possível a eleição da chapa Lula-Alckmin e o preço que elas vão cobrar.

Mal as urnas “esfriaram”, o governo eleito de Lula e Alckmin já mostra ao que veio: apesar de manter um discurso público de preocupação com a “questão social”, a equipe de transição para a área de educação será composta por verdadeiros talibãs neoliberais, inimigos declarados da educação pública, gratuita e de qualidade que nós defendemos. Predominam na equipe pessoas vinculadas à grandes empresas como Itaú, Unibanco, grupo Lemann e o Todos Pela Educação. Essa gente tem um projeto de transferência de verba pública para as empresas de educação privada, de ampliação de atuação de empresas nas escolas e universidades públicas e de redução dos currículos a uma mera formação de mão de obra. É gente que nos últimos anos defendeu com unhas e dentes o “teto de gastos” (que na prática



limita os investimentos nas áreas sociais), a destruição da previdência e dos direitos trabalhistas, a generalização da terceirização, dentre tantos outros ataques à classe trabalhadora. É também gente que se acomodou muito bem ao governo Bolsonaro.

Isso aponta a necessidade de nós trabalhadores da educação estarmos articulados a nível nacional para desde já resistirmos aos ataques que virão. Uma pauta urgente é a luta contra a Reforma Administrativa, que irá destruir o serviço público como conhecemos hoje (incluindo aí a educação pública), com garantias de direitos dignos, planos de carreira que valorizam o tempo de serviço e a qualificação profissional e com estabilidade. Não é só Bolsonaro, Guedes e Lira que querem a aprovação dessa reforma. Durante a campanha, em encontro com empresários, Lula deixou claro que “é preciso fazer” uma reforma administrativa (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/08/09/nafiesp-lula-defende-fazer-reformas-administrativa-e-tributaria.ghtml>). Pessoas envolvidas no projeto político da candidatura de Lula também afirmaram isso durante a campanha, se diferenciando de Bolsonaro/Guedes apenas na questão de mexer na estabilidade dos servidores (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/reforma-administrativa->

[-de-lula-preve-avaliacao-de-servidor-e-nao-mexe-na-estabilidade.shtml\).](#)

Precisamos ter clareza que vivemos ainda os efeitos da crise de 2008. As taxas de lucro dos grandes capitalistas seguem abaixo do que eles precisam e isso tem como consequência uma pressão para redução dos salários e retirada de direitos dos trabalhadores, bem como de uso dos recursos públicos quase que exclusivamente para favorecer o empresariado.

Nesse contexto, não temos nada que esperar do governo Lula. A presença do reacionário Alckmin como vice já deixa claro que será um governo à serviço dos grandes empresários. No contexto econômico atual não há sequer espaço para o mesmo nível de redistribuição de renda e investimentos em áreas sociais daquele dos primeiros governos Lula (que já eram bem abaixo do necessário para um país tão desigual!). Diferente do que alguns tem defendido, não há a mínima possibilidade de “disputar” o governo Lula-Alckmin, ele foi eleito com as bençãos do grande empresariado para aplicar um programa de interesse dessa classe social, não dos trabalhadores.

Ou nos mobilizamos, ou nossa vida irá piorar mais e mais. Os sindicatos da educação precisam convocar assembleias e plenárias para debater esses temas com os trabalhadores do setor e prepararmos desde já a resistência aos patrões e seus novos gestores no Planalto Central, com a perspectiva de organizar um encontro nacional da educação e um calendário unificado de lutas em todo o país. Além da luta contra a Reforma Administrativa, há vários outros temas fundamentais, como: a revogação da nefasta reforma do ensino médio e seus efeitos de reestruturação nos cursos de licenciatura, o pagamento do piso nacional da educação e a ampliação das verbas para escolas, universidades públicas e órgãos de fomento à pesquisa (Capes, CNPq).

Nada disso será obtido sem luta. Precisamos nos mobilizar desde já, inclusive contra a extrema direita, que segue ativa na perspectiva golpista. Nenhum milímetro de ilusão em Lula e nenhum segundo de trégua a quem está a serviço dos inimigos da educação pública!



Hora do Povo

SOBRALIZAR O BRASIL: o plano do MEC de Lula para a educação básica

Nota virtual, janeiro de 2023.

A linha do novo MEC, de Camilo Santana e Izolda Cela, é “sobralizar o Brasil” (em referência ao que foi feito em Sobral, CE). “Sobralizar” era o que Vinícius Wu queria em Niterói (RJ), um dos lugares onde atuamos. IDEBcracia, forte entrada empresarial na educação pública, lógica de gestão empresarial, retirada de direitos como eleição direta de direções escolares... tudo indica que é isso que nos aguarda agora a nível federal. (Leia mais sobre a tentativa de “sobralizar” Niterói neste panfleto de fevereiro de 2022: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=472832937658691&id=177824660492855). Bom lembrar também que na equipe de transição de educação predominaram talibãs neoliberais como Claudia Costin. Temos que estar bem preparados para enfrentar ataques à educação pública feitos pelo novo governo Lula-Alckmin. Esse não é um governo da classe trabalhadora, mas um governo a serviço dos patrões, ainda que sob face “progressista”. Como já dissemos: nenhum milímetro de ilusão, nenhum segundo de trégua com quem ataca a educação pública e os/as trabalhadores da educação!

